

O PROCESSO DE FORMAÇÃO DAS LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS NA PESCA ARTESANAL NO SUL DO RIO GRANDE DO SUL

THE PROCESS OF TRAINING COMMUNITY LEADERS IN ARTISANAL FISHING IN
SOUTH OF RIO GRANDE DO SUL

Felipe da Silva Justo¹

Lúcia de Fátima Socoowski de Anello²

RESUMO

O trabalho objetivou compreender a formação social das lideranças na pesca artesanal, no território dos municípios da Lagoa Mirim e do estuário da Lagoa dos Patos. Embasado na teoria da educação ambiental crítica e no materialismo histórico, pautando pela perspectiva dos direitos humanos e dignidade da pessoa humana, por meio de entrevistas semiestruturadas às lideranças, revisão bibliográfica, e a observação do pesquisador, percebendo as relações humanas e sociais que influenciam e consolidam as formações de lideranças. Entender como se dá o processo formativo das lideranças é um modo de se compreender, na perspectiva freiriana, a forma como se manifestam essas relações sociais e ambientais entre os sujeitos da pesca artesanal e suas comunidades. Os resultados foram obtidos das falas das lideranças entrevistadas, que com suas diferentes localizações, manifestaram as mesmas dificuldades na atividade e os mesmos anseios para o futuro da classe pesqueira.

Palavras-chave: Educação Ambiental Crítica; Formação de lideranças; Pesca artesanal; Processos formativos.

ABSTRACT

The study aimed to understand the social formation of leaders in artisanal fishing, in the territory of the municipalities of Lagoa Mirim and Lagoa dos Patos estuary. Based on the theory of critical environmental education and historical materialism, guided by the perspective of human rights and human dignity, through semi-structured interviews with leaders, bibliographical review, and observation by the researcher, realizing the human and social relationships that influence and consolidate leadership formations. Understanding how the formative process of leaders takes place is a way of understanding, from Freire's perspective, the way in which these social and environmental relations are manifested between the subjects of artisanal fishing and their communities. The results were obtained from the speeches of the interviewed leaders, who with their different locations, manifested the same difficulties in the activity and the same yearnings for the future of the fishing class.

Keywords: Artisanal fishing; Critical Environmental Education; Leadership training; Training processes.

INTRODUÇÃO

O processo de formação do sujeito da pesca artesanal é muito mais profundo e sutil do que uma formação técnica ou escolar, pois se dá em um âmbito familiar e se manifesta na necessidade de realizar o processo de modo correto, implicando em prejuízos, que podem afetar seriamente a capacidade alimentar da família. A

¹ Mestre em Educação Ambiental, FURG. felipe.sjusto@gmail.com

² Doutora em Educação Ambiental, FURG, Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil, luciaanello@hotmail.com

responsabilidade, a cautela e o preparo dessa pessoa são essenciais, e isso irá moldar sua forma de ver o mundo, de se relacionar com os demais sujeitos e com os seus, pois em algum momento, irá ensinar alguém, assim como também já lhe foi um dia, ensinado. Foi possível observar que a formação da pessoa pescadora é contínua, perpassando por novos saberes, uso de tecnologias mais avançadas e manuseio de apetrechos que facilitem o trabalho, mas isso não altera o fato de que a pesca artesanal é, basicamente, realizada de forma braçal, ao contrário da pesca industrial que utiliza de diversos aparatos, onde muitas vezes não ocorre qualquer contato entre o sujeito e a espécie coletada.

Todos esses eventos e situações de constituição pessoal irão incidir na formação de uma pessoa da pesca artesanal, a par das suas relações com o meio que habita, se manifestando na tradicionalidade da atividade, que, por ser uma ocorrência histórica, não costuma ser percebida *in loco* pelo sujeito, mas, num âmbito de observação externa, se mostra contundente. Compreender que essa tradicionalidade originária tem uma relação direta com a formação familiar das pessoas pescadoras é obviamente natural, mas para que se consiga demonstrar com o rigor exigido por instituições governamentais, é necessário utilizar metodologia adequada para tal. Mais do que apontar a tradicionalidade desse povo originário, isso é imprescindível para garantir o apropriado tratamento institucional e governamental para essa população, uma vez que seu modo de vida e subsistência são fortemente relacionados com o local de sua existência. Todos os desafios dessa classe, pouco valorizada pelas legislações e estruturas estatais de nosso país, implicam em um evidente desrespeito aos direitos humanos, por conta do descaso que órgãos que deveriam proteger e zelar por esse grupo não possui estrutura de atendimento, ou foram desmontados pelo Governo Federal, como é o caso do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, que todo ano nega ou é moroso na concessão do benefício de Seguro Desemprego dos pescadores e pescadoras artesanais. Assim, a formação e constituição de lideranças e grupos organizados representa a evidente garantia da aplicabilidade e eficácia dos direitos humanos para a continuidade da existência digna e plena da classe pesqueira artesanal e atividades correlatas.

1 OBJETIVOS

Este trabalho busca contribuir para o entendimento dos processos formativos de diferentes sujeitos, num recorte dos povos originários da pesca artesanal, no qual esses grupos sociais se deparam com situações de desrespeito aos direitos humanos, restando apenas resistirem mediante os desmandos governamentais e desmontes estatais, além das explorações capitalistas que impactam o ambiente e o modo de vida desse grupo. Assim, é importante compreender o processo formativo das lideranças, que se reúnem e fortalecem os laços comunitários, alicerçando os diálogos com as instituições, respaldando as ações do grupo num viés que se encaixe com as exigências burocráticas, sem perder o foco e objetivo no bem-estar da comunidade.

2 ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Em uma perspectiva do materialismo histórico propomos desenvolver uma pesquisa social qualitativa fundamentada em uma escuta atenta das lideranças dos pescadores artesanais por meio de entrevistas semiestruturadas. Utilizando metodologia de pesquisa social qualitativa, por meio de entrevista com intuito de expressar as compreensões manifestadas pelos entrevistados, alcançando, com a escuta atenta, a voz das lideranças que participaram do processo. De outra parte, a interpretação das falas necessitou de um aprofundamento teórico para o entendimento das práticas sociais desses sujeitos. Nesse sentido a revisão bibliográfica realizada aportou o refinamento do olhar do pesquisador para a análise e a produção de um entendimento e conhecimento para o diálogo com os pescadores artesanais, sujeitos da pesquisa. O primeiro procedimento realizado foi evidenciar quem são as lideranças, sujeitos dessa pesquisa. Assim, o passo inicial foi estabelecer o território do complexo lagunar e estuarino Patos-Mirim, que abrange, no Estuário da Lagoa dos Patos, os municípios de Rio Grande, São José do Norte, Pelotas e São Lourenço do Sul, e, na Lagoa Mirim, os municípios de Arroio Grande, Jaguarão, Rio Grande e Santa Vitória do Palmar. Esses estão estruturados em dois fóruns ou comitês que organizam as pautas de gestão e ordenamento da pesca. Estabelecido o território passamos a buscar os sujeitos, ou seja, as lideranças que se

caracterizam por serem presidentes das Colônias de Pesca ou presidentes ou coordenadores de associações e movimentos dos pescadores artesanais.

3 MÉTODO, METODOLOGIA, ENTENDIMENTO DE CIÊNCIA E VISÃO DE MUNDO

O debate epistemológico pode gerar a compreensão de que se não houver uma metodologia e ritualística, escrito com a devida formatação, não há ciência. Ora, as populações tradicionais não costumam tecer teses ou dissertações, quiçá artigos, acerca de seus saberes e conhecimentos, pajés não publicam na revista Science acerca dos efeitos positivos do uso desta ou aquela planta, pescadores não produzem cartas náuticas. Entretanto, existe saber, existe ciência, no dia a dia dessas atividades, no decorrer de suas vidas, permeados de saber, um saber viver, conhecimentos sobre o mar, sobre o ar e a terra, de sentir e olhar.

Esses saberes tradicionais são elencados por Diegues, ao mencionar que

[...] o saber e o saber-fazer, a respeito do mundo natural, sobrenatural, gerados no âmbito da sociedade não urbano/industrial, transmitidos oralmente de geração em geração. Para muitas dessas sociedades, sobretudo as indígenas, existe uma interligação orgânica entre o mundo natural, o sobrenatural e a organização social. Nesse sentido, não existe uma classificação dualista, uma linha divisória rígida entre o “natural” e o “social” mas sim um continuum entre ambos. grifos do autor (Diegues, 1996, p. 179)

Entende-se que o saber, por si, sem um propósito humano em seu sentido, é apenas mecânico e vazio: uma sonda espacial, viajando para algum lugar, vazio da existência. O saber muito sobre pouco deforma o sujeito, inserindo sua existência em uma caixa hermética. O saber não se limita em si, mas transborda e alcança outras áreas, se complementando, se somando, se resignificando. O saber e seus processos educativos são, dessa forma, essenciais para a formação do sujeito, de suas relações com as demais pessoas e com o ambiente que se insere. Pauta-se assim, o contexto da Educação Ambiental, que visa consolidar esses processos formativos de sujeitos capazes de dialogar com a sociedade e com o ambiente que se inserem, numa perspectiva dialógica, humana e social. Aprender ensinando e ensinar aprendendo, aprendentes e ensinantes, como diria Paulo Freire (Freire, 1996, p. 25), uma vez que se

compreende ser possível alcançar diálogo e aprendizagens com as relações entre distintos sujeitos com posições sociais diferentes.

Quando não há um processo educativo, na visão freireana (Freire, 1987, p. 25), o que temos são sujeitos distantes e que desprezam qualquer meio, desde se possa alcançar um fim, independente do que venha a custar. Exemplos são a exploração de mão de obra infantil durante a 1ª Revolução industrial, a escravidão e a desigualdade social do nosso século. A sociedade é um corpo sem forma que vai sendo moldado conforme os interesses do capital, e somente com a luta de classes é possível lutar contra a tirania desses interesses que desprezam a vida, a natureza, objetivando apenas o lucro, como se tem visto na atualidade que estamos vivendo. Para Marx e Engels, o

Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor feudal e servo, mestre de corporação e companheiro, em resumo, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em conflito (Marx; Engels, 1998, p. 40).

Em tempos de globalização e transnacionalização, vive-se esses conflitos de classes, mas de modo deformado, porquanto grande parcela do proletariado foi induzido a crer que é um empreendedor quando trabalha dirigindo um veículo para a empresa Uber® ou entregando comida para um restaurante via aplicativo iFood® ou similar.

No Manifesto do Partido Comunista, Marx e Engels dizem que

A burguesia não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais. A conservação inalterada do antigo modo de produção era, pelo contrário, a primeira condição de existência de todas as classes industriais anteriores. Essa subversão contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e de idéias secularmente veneradas, as relações que as substituem tornam-se antiquadas antes de se consolidarem. Tudo o que era sólido e estável se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado e os homens são obrigados finalmente a encarar sem ilusões a sua posição social e as relações com os outros homens (Marx; Engels, 1998, p. 40)

Nesse sentido, quando as transformações da realidade perpetradas pelo Capital são mais rápidas que a capacidade de percepção dos sujeitos que as vivenciam, temos o exemplo prático do exposto anteriormente por Marx e Engels. Da mesma forma que há

entendimento de que isso ocorre, também assim o é, sem a devida capacidade observatória, impossível perceber de imediato; tal qual o planeta Terra gira sobre si mesmo numa enorme velocidade, a mesma velocidade não afeta em nada tudo aquilo que existe na superfície do planeta.

Portanto, existe luta quando todos são ou se consideram “capitalistas”, mesmo não possuindo riquezas e apenas atendendo demandas do próprio capital? Percebe-se que a luta de classes é essencial para a garantia de um presente digno às populações, que em sua maioria, possuem, quando muito, o mínimo para existir, enquanto porcentagem irrisória de homens possuem a totalidade das riquezas do mundo.

Uma redistribuição das riquezas garantiria dignidade a milhões de pessoas, seja em prestação de serviços essenciais, como água encanada e saneamento básico, energia elétrica, acesso e plena eficácia aos direitos humanos básicos, tal qual estudo, saúde, transporte, seguridade social e segurança. A ausência destes é um fomento ao capitalismo selvagem, que se beneficia das precariedades e do desespero social para lucrar e perpetuar a desigualdade.

Além das intervenções sociais expostas, também ocorrem as intervenções do capital que se manifestam subjugando as forças da natureza (Marx; Engels, 1998, p. 40), sobrepondo a sua vontade através do desenvolvimento de tecnologias que passam a alterar desde o sabor dos alimentos até a sua constituição enquanto ser, como se viu com a questão dos transgênicos. Tais transformações ocorreram e continuam ocorrendo de modo tão veloz que atropelam a sociedade, sem que essa se dê conta das correntes que a levam para longe daquilo que foi um dia.

Fundamenta-se a estrutura argumentativa desse trabalho a partir do materialismo histórico, que é, conforme exposto por Trivinos (Trivinos, 1987, p. 51) “a ciência filosófica do marxismo que estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, de sua evolução histórica e da prática social dos homens, no desenvolvimento da humanidade”, e também na dialética, buscado alinhar um diálogo com a interpretação da teoria da alienação proposta por Mészáros (Mészáros, 2006, p. 39), que elucidativamente demonstra a atual situação dos trabalhadores de todo o mundo, e aqui, na perspectiva dos pescadores e pescadoras artesanais, catadores e catadoras, agricultores e agricultoras, moradores de áreas periféricas sob interesse do Capital;

Esses grupos, que vivem numa condição de alienação imposta pelas necessidades prementes de trabalhar exaustivamente para sobreviver, muitas vezes se percebem e são percebidos distantes dos locais de debate e tomadas de decisões, na forma de coisas que servem a algo, ou ainda, que existem por conta de consequências alheias à própria vontade. Tal modo alienado não é nada mais que a objetificação produzida pelo capital, que intenta desclassificar e negar significado aos sujeitos, tornando a classe um não-grupo, e assim, não-sujeitos de direitos. Tal alegação pode ser observada na definição de Mézáros ao dizer que

A alienação caracteriza-se, portanto, pela extensão universal da “vendabilidade” (isto é, a transformação de tudo em mercadoria); pela conversão dos seres humanos em “coisas”, para que eles possam aparecer como mercadorias no mercado (em outras palavras: a “reificação” das relações humanas); e pela fragmentação do corpo social em “indivíduos isolados”, que perseguem seus próprios objetivos limitados, particularistas, “em servidão à necessidade egoísta”, fazendo de seu egoísmo uma virtude em seu culto da privacidade. grifos do autor (Mézáros, 2006, p. 39)

Para proporcionar a aproximação basal do materialismo histórico, será apropriada a educação popular de Paulo Freire, no contexto da “pedagogia do oprimido” (Freire, 1987, pg. 24 - 25), o que permite a garantia da construção de conjecturas dialógicas, entre sujeitos distintos, em especial os que possuem saberes não tecnicistas ou/e cancelados por instituições pertinentes. Ou seja, alcançar o pleno diálogo entre as pessoas, na formação desses sujeitos, na consolidação da formação de lideranças e compreender como a classe se identifica, se (re)apropria de sua força e alcança a potência de se fazer ouvir, bem como ocorra o diálogo, para que passem de expectadores a interlocutores de sua caminhada.

É pretencioso postular tais afirmações, mas se verifica a potência de uma classe unida e as possibilidades que tal união proporcionam ao grupo. Loureiro irá explicitar precisamente tal, ao dizer que

[...] é comum a toda pedagogia crítica afirmar que a educação é uma atividade intencional (direcionada para se atingir certas finalidades), determinada pelas contradições de uma sociedade de classes, e dialógica (pois sempre envolve o outro e a troca com o outro, ainda que posto em condições desiguais), voltada para a aquisição e elaboração de conhecimentos que dão suporte aos processos emancipatórios (Loureiro, 2015, p. 166).

Para questionar as contradições de uma sociedade de classes, é pertinente o raciocínio de Fanon, quando observa as ações da burguesia nos países em desenvolvimento, apontando suas ações nefastas e vazias para com a nação, visando apenas o seu próprio benefício, ainda que destruindo tudo que existe onde ela se fixa, deixando, aos que ficarão, destruição e miséria, como é o caso dos empreendimentos que existem também no Brasil

Uma burguesia como a que se desenvolveu na Europa pôde, reforçando seu próprio poder, elaborar uma ideologia. Esta burguesia dinâmica, instruída, leiga, levou plenamente a cabo sua tarefa de acumulação do capital e deu à nação um mínimo de prosperidade. Nos países subdesenvolvidos, vimos que não existia verdadeira burguesia mas uma espécie de pequena casta de dentes compridos, ávida e voraz, dominada pelo espírito do biscateiro e que se contenta com os dividendos que assegura a antiga potência colonial. Essa burguesia de meia-tigela revela assim capaz de grandes ideias de inventividade. [...].

A luta contra a burguesia dos países subdesenvolvidos está longe de ser uma posição teórica. Não se trata de decifrar a condenação feita contra ela pelo julgamento da história. Não se deve combater a burguesia nacional nos países subdesenvolvidos porque ele pode frear o desenvolvimento global e harmonioso da nação. Deve-se fazer uma oposição resoluta a ela, porque, literalmente, ela não serve para nada.

Essa burguesia, medíocre nos seus ganhos, nas suas realizações, no seu pensamento, tenta mascarar essa mediocridade por construções de prestígio em escala individual, pelo brilho dos carros americanos, pelas férias na Riviera, os week-ends em boates neonizadas.

Não é preciso portanto dizer que a burguesia nacional retarda a evolução do país, que lhe faz perder tempo ou que ameaça conduzir a nação a caminhos sem saída. Na verdade, a fase burguesa na história dos países subdesenvolvidos é uma fase inútil (Fanon, 1968, p. 144 e 145),

Diante do exposto, percebe-se que não há interesse dos que possuem poder de mando em fazer algo para além do que lhes beneficia. Sem a participação das classes sociais historicamente oprimidas nos espaços de tomada de decisão, o mais provável é a manutenção do status quo da burguesia.

É importante questionar sobre esses atores burgueses e sua ocupação dos espaços, seja no judiciário, no legislativo ou no executivo, bem como nos demais espaços da administração pública, como bem narrado pelo professor Quintas, ao discorrer

Por outro lado, observa-se, no Brasil, que o poder de decidir e servir para transformar o ambiente, seja ele físico, natural ou construído, e os benefícios e custos dele decorrentes estão distribuídos socialmente e geograficamente na sociedade, de modo assimétrico. Por serem detentores de poder econômico ou

de poderes outorgados pela sociedade, determina dos grupos sociais possuem, por meio de suas ações, capacidade variada de influenciar direta ou indiretamente na transformação (de modo positivo ou negativo) da qualidade do meio ambiente.

É o caso dos empresários (poder do capital), dos políticos (poder de legislar); dos juízes (poder de condenar e absolver etc.), dos membros do Ministério Público (o poder de investigar e acusar), dos dirigentes de órgãos ambientais (poder de embargar, licenciar, multar), dos jornalistas (poder de influenciar na formação da opinião pública), das agências estatais de desenvolvimento (poder de financiamento, de criação de infraestrutura) e de outros atores sociais cujos atos podem ter grande repercussão na qualidade ambiental e, conseqüentemente, na qualidade de vida das populações (Quintas, 2006, p. 134, 135).

Ademais, Loureiro postula que

[...] toda ação educativa deve ser direcionada para a construção da igualdade e promoção das diversidades para que possamos satisfazer nossas necessidades sem opressão, discriminação e reprodução da dominação e dos mecanismos de expropriação. É nesse sentido que o conhecimento, ao ser crítico, nos desafia a pensar o ato de conhecer como uma atitude intencional, politicamente posicionada e prática, voltada para a transformação social (Loureiro, 2015, p. 167).

Portanto, tem-se como essencial, para a garantia de uma discussão potente e capaz de ir além, a educação. Isso porque se a educação não for libertadora, apenas haverá outro opressor, que ascenderá.

Como se poderia pensar uma Educação Ambiental que alcance as pessoas componentes dos grupos elencados, para que possam por si, se compreenderem sujeitos de relações e ainda dialogarem, com segurança e respaldo, alcançado, nos espaços que pretendem ingressar, possibilidade de atendimento a suas demandas? Isso demonstra a necessidade de posicionamento enquanto pesquisador nesta área da ciência, pois temos que a pesquisa deve sim, para além de buscar responder um questionamento, implicar em elementos que sirvam de algum modo para sociedade, com o total interesse do pesquisador em ver seu trabalho auxiliando a sociedade

Como bem exposto por Pereira

Apesar da atividade da pesca ter suas origens no extrativismo e na subsistência, o modelo de produção capitalista vem ao longo da história intervindo e influenciando tais relações de trabalho. Sendo assim, a dialética se constitui no método de análise destas relações, porque elas apresentam contradições inerentes à própria história da humanidade, que sobreviveu, ao longo do tempo, da extração do recurso natural (frutos do mar) como alimento e, por outro lado,

se aliena através do trabalho, de si mesmo e da natureza, transformando tais frutos em mercadoria, isto é, um 'recurso pesqueiro' (Pereira, 2006, p. 48).

Colocando na perspectiva da pesca, sendo esta uma atividade que visa auferimento de renda e intentando lucro, sendo fruto de atividades que são nomináveis trabalho, temos presente uma relação financeira, capitalista, que possui condutividade alienante em sua prática.

Ademais, quando se observa o exposto na legislação brasileira que conceitua normativamente a Educação Ambiental, conforme a Lei 9795/99, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental, citando em especial o Art. 4º, que diz

Art. 4º São princípios básicos da educação ambiental:

I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;

II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;

III - o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;

IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais; (BRASIL, 1999)

Essa prática social é, conforme manifestado por Moura, intrinsecamente conectada aos

Saberes sociais, ou seja, os conhecimentos presentes na cultura das comunidades pesqueiras como é o caso da Z-3, atrelam-se aos interesses da classe trabalhadora, constituindo-se em instrumentos que orientam a práxis social, muito contribuindo para fortalecer sua capacidade organizativa, manifestada nos movimentos sociais.

Estes saberes não resultam de ações individuais, mas sim de uma gama de relações sociais que permeiam a materialidade histórica dos homens e mulheres pertencentes à comunidade. Saberes Sociais e Movimentos Sociais constituem, assim, um amálgama, no sentido de um pressupor o outro, o que em nosso entendimento se constitui em uma relação dialética entre o que os pescadores e pescadoras artesanais da Colônia Z-3 conhecem a partir da realidade vivenciada e o que, desta realidade, é produzida por meio deste conhecimento que vai se desenvolvendo mais e mais, a partir da atuação destes trabalhadores. Logo, quanto maior a prática social, maior será a possibilidade de transformação (Moura, 2016, p.146-147).

Portanto, é possível conceituar que as práticas sociais estão diretamente conectadas aos saberes comunitários e culturais da comunidade, embasadas na sua

tradicionalidade. Sem dúvidas, estão simbioticamente conectadas, se complementando nessa relação.

Pode-se dizer que a prática social, já conceituada anteriormente, irá se consolidar nos movimentos sociais, a partir da organização dos trabalhadores e trabalhadoras em torno de uma causa que contemple as suas demandas, mas que não cessará após o atendimento da demanda, mas permanecerá como uma ferramenta, que será assimilada nas ações dos sujeitos e sujeitas, corroborando com as suas ações e práticas, individuais ou coletivas, como manifestado por Moura (Moura, 2016, p.146) ao dizer que “quanto maior a prática social, maior será a possibilidade de transformação”.

4 OLHARES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA SOBRE A PESCA ARTESANAL

Durante toda a escrita, narrou-se as relações dos sujeitos com os territórios, com a captura, com a administração pública, com os demais membros de suas comunidades, e questionando-se acerca das dificuldades existentes na atividade em si, além das causadas por descaso da gestão pública, bem como os efeitos oriundos das ações do capital.

Depreende-se como essas relações estão imbricadas com o ambiente físico e social, e que essa tradicionalidade da pesca artesanal é uma forma de vida, que existia antes da queda do recurso pesqueiro na região. Também, visualiza-se o mesmo Estado restringindo a pesca artesanal, por meio de leis e instruções normativas, enquanto nega acesso a serviços básicos, como a emissão registro geral de pesca – RGP, que atesta o exercício da atividade, e por consequência irá impedir o recebimento do benefício seguro-defeso.

Mediante a compreensão dessas questões, as lideranças valorizam a educação, e entendem a importância da formação para um futuro menos difícil, pois os mesmos gostariam da oportunidade de conseguir estudar e foram impedidos pela necessidade de sobreviver, ajudando a família, ou até mesmo sendo responsáveis pela subsistência. Buscar compreender esses eventos e querer mudar a atualidade, é responsabilidade do educador ambiental, e para isso, importa apreender os processos formativos dos sujeitos, e as restrições que lhes foram impostas.

De modo prático, claro e pontual, Pereira diz

[...] que respeitosamente temos o dever, como educadores, de propor novas possibilidades, quando essa constitui motivo de alienação e mantenedora do status quo, construindo coletivamente conhecimentos, ampliando a compreensão da realidade complexa e chegando a alternativas aceitas como válidas para o grupo ou classe social (Pereira, 2006, p. 53).

Ora, para ser possível alcançar o que se conceituaria como Educação Ambiental Crítica, “transformadora e emancipatória, que tem como finalidade contribuir para a construção de uma sociedade justa, democrática e sustentável e como propósito imediato a intervenção qualificada” (Quintas, 2009, pg 68), é preciso ir além dos corredores, das salas de aulas das universidades, e adentrar nas vilas, nas comunidades, onde o povo está, o povo carente, esquecido e largado à própria sorte, servindo apenas como recurso eleitoral e massa exploratória de falsos profetas ocultos atrás de denominações religiosas diversas.

A Educação Ambiental Crítica deve, como em si mesma diz, estar no ambiente, relacionada ao sujeito e o seu local de viver, alcançando o “todo o mundo” do sujeito, como exposto por Anello (2009, p. 42)

[...] para o processo educativo, a questão central não é definir a totalidade, mas a forma como nos relacionamos com o nosso “todo” no processo em que estamos inseridos, seja como educador, seja como educando. O “mundo”, no entender freireano, pode ser a totalidade. Portanto, quando Freire (1982) diz que “nos educamos mutuamente mediatizados pelo mundo”, parte do pressuposto de que o mundo é a nossa totalidade. Por isso, o processo educativo tem que estar contextualizado em uma perspectiva do mundo do educando. Por exemplo, falar que: “Eva viu a uva” não gera significado para um grupo de alfabetizados que nunca viram uma uva (ANELLO, 2009, p. 42).

Entender que esse mundo é uma lagoa, um estuário, e os elementos naturais ali presentes, assim como o fator humano que causa interferência no ambiente, e que em muitos casos, o sujeito não possui condições de avaliar as interferências e também é desprovido dessa possibilidade, por condições excludentes de acesso ao ensino formal, pois como já mencionado, a escolaridade de muitos não passa do ensino fundamental, bem como não há espaço para fazer algo mais, senão trabalhar, dia após dia, para sobreviver.

Pereira *et al* diz que

O nosso entendimento é que o trabalho do pescador constitui um leque de significados e sentidos estéticos que precisam ser revistos através da educação ambiental transformadora à luz da teoria crítica e do materialismo histórico-dialético. Acreditamos que isso só será possível se nos detivermos nos processos de trabalho como produção histórica buscando as formas de resistência da pesca artesanal mesmo no contexto capitalista (Pereira *et al*, 2008, p. 378).

E complementando esse raciocínio, assim descreve Anello:

A totalidade das relações de trabalho e comercialização da pesca pode ser entendida como cadeia produtiva ou cadeia de valor, que engloba todas as atividades, desde o preparo da embarcação e dos petrechos, o beneficiamento e a comercialização dos produtos. Considera ainda o conjunto de crenças e mitos que essas populações e grupos sociais construíram em suas relações históricas com o ambiente costeiro. Também inclui a forma como a expansão do capitalismo rompeu essas relações sociais e como esses modos de produção, organizados localmente, com base nas relações comunitárias e intercomunitárias, se relacionam com os sistemas econômicos do capitalismo nas diversas escalas produtivas (regional, nacional e internacional) (Anello, 2009, p. 43).

Assim, nota-se que a pesca artesanal é mais uma das tantas atividades que sofrem com a ação do capitalismo selvagem e destrutivo, que envenena as águas, vende as terras, polui o ar e desvaloriza o trabalho do sujeito ao não permitir a venda do pescado a preço justo e ainda dificultar que as comunidades trabalhem de modo cooperativado ou associado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho, na busca por compreender como se dão os processos formativos das lideranças, bem como qual as contribuições que a Educação Ambiental pode garantir nessa relação de saberes e discussões constitutivas, pode-se afirmar que a constituição dos sujeitos se dá no vínculo familiar, nas relações com os demais membros da comunidade, e que a liderança é uma questão manifestada como meio na busca para transformar a realidade daquele sujeito e dos demais a sua volta.

Para compreender o processo educativo como prática social na formação das lideranças comunitárias, analisando a fala dos entrevistados, observou-se que a relação familiar, seja pai e mãe, seja tios, primos e avós, é fundamental para formação do sujeito, de forma que a sua infância, conforme dito pelo Entrevistado 3, que relatou ter iniciado na atividade aos 9 anos de idade.

Essa relação de ensino da atividade, do saber fazer, onde a família é a educadora do sujeito, para que este desempenhe a atividade, ainda numa idade que está se desenvolvendo enquanto pessoa no mundo. Essa situação acaba por limitar o acesso à escola, pois havia a necessidade de ajudar a família na subsistência. Contemplou-se na fala de um dos entrevistados, que as políticas públicas da gestão do Governo Lula (2003-2010) foram essenciais, pois garantiram aporte financeiro às famílias, mediante frequência escolar.

No intuito de caracterizar a atuação das lideranças no ordenamento da gestão da atividade pesqueira artesanal, observou-se a atuação diante o descaso do estado, ao elaborar normativas sem consultar a classe, no que se refere a instauração da Portaria MMA 445/2014 (Brasil, 2014), em conjunto com a Lei Estadual nº 51.797/2014 (Rio Grande Do Sul, 2014), que elencaram os bagres marinhos das espécies *Genidens barbuis* e *Genidens planifrons* como espécie ameaçada de extinção e proibida a captura desde 2016 (Walter et al, 2018, p. 201).

Também houve a necessidade de lidar com a precariedade estatal, advinda da extinção do Ministério da Pesca e do desmonte das secretarias do governo federal, que causa até o presente momento, inúmeros transtornos para a classe, pois os documentos que não estão sendo emitidos são necessários para a comprovação da atividade e solicitação do seguro-defeso, que por conta dessas situações, muitas vezes é indeferido, em momentos de maior necessidade. Na busca de resolver essa situação, houve o contato entre as lideranças, associações e entidades que auxiliam a classe, para ingresso de ações, coletivas e individuais, visando garantir a emissão dos documentos e deferimento dos benefícios de seguro-desemprego.

Por fim, observamos o desvelar e ressignificar das percepções de mundo do pesquisador, que se origina de uma visão ingênua acerca da pesca artesanal e se dá conta das diversas dificuldades que se apresentam. Enquanto servidor terceirizado da Defensoria Pública da União, o contato com a pesca sempre se deu num ambiente confortável ao pesquisador, numa hierarquia de poder, ainda que se buscasse o afastamento de tal relação, e mesmo assim, havia, da parte dos pescadores e pescadoras, um temor e receio pela situação. Isso implica diretamente no conhecimento

dos direitos básicos: naquele local e em todos os outros, o servidor público atua em prol do cidadão, em prol da sociedade.

Nesta caminhada, pode-se compreender que há muito que se fazer, ou seja, um trabalho hercúleo, e que sempre haverá desafios, mas é nosso dever alcançar o máximo possível de pessoas com o nosso trabalho, e com os processos educativos, as pessoas possam acessar os serviços, exercerem seus direitos e lutarem, de todas as formas, para ocuparem os espaços, sem retroceder jamais. Não existe pesca artesanal sem a tradicionalidade, nem tradicionalidade sem as relações familiares e sociais nos territórios das comunidades pesqueiras, e essas comunidades não existem sem o ambiente em que estão inseridas, e esse ambiente requer cuidados de toda a sociedade e Estado, e se esse ambiente não estiver equilibrado, ocorre a extinção da pesca artesanal, resultando centenas de famílias estarão sem acesso à subsistência. Como já dito anteriormente, a pesca artesanal é uma atividade laborativa, e assim, o pescador e a pescadora são trabalhadores, que unidos podem construir e fazer mais.

Como resultado dessa pesquisa, é possível dizer que este trabalho está ligado ao aprendizado das práticas tradicionais desenvolvidas pelos pescadores e pescadoras, e que essas práticas são construídas na comunidade, entre os familiares e demais membros dos grupos sociais comunitários, como se manifesta comumente nas relações dos povos originários. As evoluções tecnológicas foram apreendidas na construção social da atividade, as conquistas de direitos foram obtidas através da luta da classe, reivindicando e protestando, ocupando os espaços e se fazendo ouvir.

As implicações ambientais também afetaram a pesca artesanal, assim como as relações familiares dentro desse contexto, pois houve época que a pesca era difícil, mas havia recurso pesqueiro, enquanto nos anos mais recentes, a atividade continua difícil, mesmo com os recursos tecnológicos, por conta da escassez das espécies. Além disso, as dificuldades de reconhecimento da classe não diminuiram, de forma que ser um pescador, uma pescadora, que exerce a prática tradicionalmente, vem a ser um desafio. O futuro da pesca é difícil, dadas as condições atuais, seja na questão ambiental, jurídica ou política.

Acredita-se ser possível construir e transformar essa realidade que a pesca artesanal se encontra, e dentre os diversos atores com possibilidade, a Educação

Ambiental e seus educadores e educadoras são essenciais, desde que tenham o devido cuidado de trabalhar com e não para. Reconhecer a potência desse grupo, estimular suas possibilidades e atuar para que por ação intencional do próprio sujeito, se manifeste a vontade de lutar e construir novos caminhos ou ainda, tomar outros espaços, com dignidade e justiça, de forma que seja possível manter a continuidade de suas atividades, garantindo em conjunto, a proteção dos espaços naturais para a atividade e toda a coletividade. O futuro da pesca artesanal e da comunidade pesqueira tradicional está acontecendo agora, e é tempo de pensar, dialogar, ouvir, para então agir e construir as transformações necessárias. É nosso dever, enquanto agraciados pelo acesso aos serviços públicos de educação, atuar para que quem não pode acessar, também possa ter sua dignidade garantida.

REFERÊNCIAS

ANELLO, Lúcia de Fátima Socoowski. **Os programas de educação ambiental no contexto das medidas compensatórias e mitigadoras no licenciamento ambiental de empreendimentos de exploração de petróleo e gás no mar do Brasil: a totalidade e a práxis como princípio e diretriz de execução.** 2009. Tese (Doutorado em Educação Ambiental) - Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental, Universidade Federal de Rio Grande, Rio Grande, 2009.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de Abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: Editora Hucitec, NUPAUB, São Paulo, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** 40. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FANNON, Frantz. **Os condenados da Terra.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. Educação Ambiental e Epistemologia Crítica. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, [S.I.], v. 32, n. 2, p. 159-176,

dez. 2015. ISSN 1517-1256. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/5536>.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Org. Osvaldo Coggiola. Tradução Alvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 1998. 256 p.

MÉSZÁROS, I. **A Teoria da Alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MOURA, Danieli Veleda. **A Organização de Classe dos Pescadores Artesanais da Colônia Z-3 (Pelotas-RS, Brasil) na Luta pela Cidadania e Justiça Ambiental: Contribuições à Educação Ambiental Crítica**. 2016. Tese (Doutorado em Educação Ambiental) - Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande, 2016. Disponível em: <https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/bdtd/0000011005.pdf>.

PEREIRA, M. O. R. **Educação Ambiental com Pescadores Artesanais: um convite à participação**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande do Sul, 2006.

PEREIRA, M.O.R., MOLON, S.I., LOUREIRO, C.F.B. O sentido estético e o trabalho criativo como elementos estruturantes de uma proposta de educação ambiental com pescadores artesanais. **Rev. Eletr. Mestr. Educ. Ambient.**, v. 21, jul./dez. 2008. Disponível em: <http://www.remea.furg.br/edicoes/vol21/art25v21.pdf>.

QUINTAS, José Silva. **Introdução à Gestão Pública**. 2. ed. Brasília, DF: MMA/IBAMA, 2006.

QUINTAS, J.S. Educação no processo de gestão pública: a construção do ato pedagógico. *In*: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de (Orgs.) **Repensar a educação ambiental: um olhar crítico**. São Paulo: Cortez, 2009. p: 33 – 80

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a Pesquisa Qualitativa em Educação - O Positivismo, A Fenomenologia, O Marxismo**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 1987. 175p.

WALTER, T *et al.* A pesca artesanal dos bagres no estuário da Lagoa dos Patos/RS: um debate sobre uma gestão pesqueira ancorada na injustiça ambiental. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 44, p. 199-222, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/54961/0>.